



# Anais da Assembléia

Nº 63

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 03 DE JUNHO DE 1981

ANO VI

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 58ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 03 DE JUNHO DE 1981

QUARTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Jurandir Messias e Nilso Sguarezi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gemote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpelini, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Renato Bueno, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Túlio Zanchet, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (47), achando-se ausentes os Srs. Deputados Aguinaldo Pereira Lima, Egon Pudell, Nelson Buffara, Pinto Dias, Quiel-se Crisóstomo, Renato Bernardi, Romero Filho, Trajano Bastos, Waldyr Pugliesi.(9), em licença os Srs. Deputados José Tavares e Valduga. (2).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º secretário - procede a leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### EMENDA:

#### PROPOSIÇÃO DE EMENDA

#### À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO

A Constituição do Estado do Paraná, fica acrescida de mais um artigo, com a seguinte redação:

“Art. 158 — É assegurado aos deficientes a melhoria de sua condição social econômica especialmente mediante:

- I - educação especial e gratuita;
- II - assistência, reabilitação e reinserção na vida econômica e social;
- III - proibição de discriminação inclusive quanto à admissão ao trabalho ou ao serviço público e a salários;
- IV - possibilidade de acesso a edifícios e logradouros públicos.”

Sala das Sessões, em 3 de junho de 1981.

(a) GABRIEL SAMPAIO.

Apoiamento:

PAULO CAMARGO, PALÁCIOS, JOSÉ DOMINGOS, NILSO

SGUAREZI, NELSON BUFFARA, EGON PUDELL, FIDELCINO TOLENTINO, GABRIEL MANOEL, ROMERO FILHO, RENATO BERNARDI, ROSÁRIO PITELLI, TADEU LÚCIO MACHADO, DAVID CHERIEGATE, ANTÔNIO FACCI, BASÍLIO ZANUSSO, ADALBERTO DAROS, EDILSON ALENCAR, TÉRCIO ALBUQUERQUE, CARLOS ZANLORENZI, LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA e JURANDIR MESSIAS.

## JUSTIFICATIVA:

A Emenda nº 12 à Constituição Federal, promulgada em 17 de outubro de 1.978, procurou assegurar aos deficientes a melhoria de sua condição social e econômica.

Nada mais justo, portanto, que neste Ano Internacional do Deficiente Físico, assim instituído pela O.N.U., o texto de nossa Constituição Estadual seja adaptado à Carta Magna Federal, a fim de que idênticas garantias sejam asseguradas àqueles que necessitam da proteção do Governo.

## REQUERIMENTOS:

### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja encaminhado ao Sr. Edson Neves Guimarães, digníssimo Secretário das Finanças do Estado do Paraná, expediente solicitando estudos e medidas concedendo aos contribuintes do I.C.M. maior prazo para recolhimento desse tributo.

Sala das Sessões, em 03 de junho de 1.981.

(a) ANTÔNIO COTRIM.

## JUSTIFICATIVA:

Justifica-se essa solicitação pela situação angustiante em que se encontram os empresários, principalmente o pequeno e médio, que já está sofrendo imensamente com os constantes aumentos de salários e as altas taxas de juros vigentes no mercado financeiro.

### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, estudos que visem modificar o sistema de recolhimento de I.C.M. pelas pequenas empresas, que atualmente é apurado e recolhido mensalmente para, apuração e recolhimento anualmente, dispensando ainda a obrigatoriedade de escrituração do livro de entrada e saída de mercadorias e produtos.

Sala das Sessões, em 03 de junho de 1.981.

(a) ANTÔNIO COTRIM.

## JUSTIFICATIVA:

Justifica-se essa solicitação, pela diminuição de tarefa administrativa, desburocratização e diminuição de despesas com escrituração e contador, visto que o volume de impostos a recolher mensalmente é às vezes inferior aos custos de controles e escrituração, significando pesado encargo ao micro-empresário e quase nada à receita do Estado.

### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o

envio de expedientes aos Excelentíssimos Senhores GAL. NEY BRAGA, Governador do Estado, DR. MURILO MACE-DO, Ministro do Trabalho, GAL. ADALBERTO MASSA, Delegado Regional do Trabalho, DR. FERNANDO FONTANA, Secretário da Indústria e Comércio, DR. JAIME LERNER, Prefeito Municipal de Curitiba, no sentido de sensibilizá-los para que seja mantido o horário comercial em vigor nesta Capital, não permitindo a expedição de alvarás ou licenças para que alguns estabelecimentos comerciais funcionem, bem como o envio da nota em anexo, expedida pelo Sindicato dos Empregados no Comércio de Curitiba, em sinal de protesto quanto à idéia de se revogar a Lei Municipal, que proíbe o funcionamento do comércio após às 12,00 horas nos dias de sábados.

Sala das Sessões, em 03 de junho de 1.981.

(a) LÁZARO DUMONT.

#### JUSTIFICATIVA:

O descanso dos empregados no comércio de Curitiba, e a lei que estabelece e determina a paralização do expediente nos estabelecimentos comerciais de Curitiba, é um direito adquirido pelos empregados no comércio, depois de um longo período de lutas e reivindicações, feitas pelo Sindicato dos Empregados e Federação dos Trabalhadores no Comércio do Estado do Paraná.

E nós não poderíamos deixar de expressar através desta Casa de Leis, o nosso apoio a esta laboriosa classe de trabalhadores, que após adquirirem um direito, se vêem ameaçados de perdê-lo, por interesses que só virão em prejuízo desses trabalhadores.

Não se sabe como, mas o movimento dos comerciantes pela manutenção do horário nos dias de sábados, vem sofrendo um grande boicote, por parte de algumas firmas comerciais, que não se sabe como, estão conseguindo através da Prefeitura Municipal de Curitiba, alvarás ou licenças especiais, para funcionarem após às 12.00 horas nos dias de sábados, que não está prejudicando somente os empregados dessas firmas, mas também servindo como uma concorrência desleal aos demais estabelecimentos comerciais, que se vêem prejudicados com suas vendas da semana seguinte.

O funcionamento do comércio após às 12,00 horas do sábado, em nada virá beneficiar o poder aquisitivo dos comerciantes, e muito menos o poder aquisitivo da população curitibana.

O que tivemos a oportunidade de ver no último dia 28 de maio, com a concentração desses trabalhadores na Igreja de Guadalupe, e depois com a passeata em toda a Rua das Flores e Rua XV de Novembro, com os comerciantes demonstrando o seu descontentamento com aqueles que querem ditar o horário de trabalho, foi uma mostra real do que poderá ocorrer, com uma paralização total desses trabalhadores, e que inclusive poderá também ter a solidariedade dos comerciantes de outros grandes centros comerciais do Paraná, como Londrina, Maringá, Apucarana, Cornélio Procopio, Ponta Grossa, Jacarezinho e outras cidades, visto que seus direitos também estarão ameaçados, caso os comerciantes de Curitiba, percam os seus direitos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, se analisarmos que uma grande parte desses trabalhadores na maioria são estudantes, que deixam suas casas e suas famílias de manhã, e só retornam após às 23,00 horas, que outra grande parte são mulheres casadas, que para ajudar no subsídio de seus maridos, deixam seus filhos em casa durante todo o transcorrer da semana, que aproveitam as tardes de sábados na limpeza de suas casas, para poderem descansar nos domingos, é realmente uma injustiça tirar esse direito dessa laboriosa classe de trabalhadores, que tanto labutam pelo engrandecimento de suas cidades, de seu Estado e do Brasil.

Portanto, queremos deixar aqui, o nosso apoio às reivindicações dos trabalhadores no comércio de um modo geral, e ao mesmo tempo solicitar que se registre nos Anais deste Poder Legislativo o contido no manifesto do Sindicato dos Empregados no Comércio de Curitiba, bem como sejam encaminhadas cópias deste requerimento àquele Sindicato, e à Federação dos Trabalhadores no Comércio do Estado do Paraná, para que tomem conhecimento de nosso apoio às suas reivindicações, e suas lutas em prol desta laboriosa classe de trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do expediente.

O SR. AIRTON CORDEIRO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, requiero a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere.

O Sr. 1.º Secretário procederá a chamada dos Srs. Deputados.

(É feita a chamada).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Há número para prosseguimento da sessão.

Esta Presidência solicita e designa o Sr. Deputado Ailton Cordeiro, para, em nome da Assembléia Legislativa do Paraná, saudar o Dr. Francisco Pereira da Cunha Filho, que se encontra neste Poder, a fim de proferir uma palestra aos Srs. Deputados.

Com a palavra, o Sr. Deputado Ailton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Líderes empresariais que visitam esta Casa para honra nossa, nosso ilustre convidado, jornalista Francisco Cunha Pereira Filho.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, cumprindo uma de suas tarefas de fazer repercutir os assuntos de interesse da sociedade, da cultura, da economia deste Estado, com muito entusiasmo, tomou conhecimento da tese esposada, por um eminente paranaense que tem a grave responsabilidade de dirigir no Paraná, um dos complexos de comunicação social da maior importância.

E, tão logo os Srs. Parlamentares conheceram esse projeto, fizeram de múltiplas formas pronunciamentos de amplo apoio, à tese do jornalista Francisco Cunha Pereira Filho.

E procedemos todos desta forma, por uma razão até mesmo elementar, todos aqui temos perseguido a grande meta de fazer o Paraná comentado nacionalmente, de fazer o Paraná, afirmado em todo o País e de impor nacionalmente, os valores culturais deste Estado, que através dos anos, vem formando a sua tradição e vem com o sacrifício da sua gente, impondo princípios, estabelecendo parâmetros e, oferecendo basicamente ao País, a contribuição a que nós paranaenses não temos o direito de renunciar, sob pena de sermos condenados pelas gerações que vão nos suceder.

Temos testemunhado, e quero me referir particularmente, agora, ao nosso ilustre convidado de hoje, à luta incessante de Parlamentares de todos os partidos com assento nesta Casa, procurando despertar a consciência do paranaense de todos os quadrantes, do paranaense que pesquisa nas universidades, do paranaense que trabalha na agricultura, do paranaense que participa da vida política, do paranaense que participa, enfim, desta vida comunitária que nos toca tão de perto. É, esta é a razão, Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, do entusiasmo nosso, desta Casa, dos 58 Srs. Deputados, quando tomamos conhecimento da idéia que foi trazida ao grande público. Porque se nós nos batemos por essa afirmação do Paraná, nós não temos o direito de nos omitir, no momento em que um filho deste Estado, sustenta uma tese tão profundamente paranista e que

nos toca a fundo.

Porque, todos nós sabemos, do significado econômico e social da hidrelétrica de Itaipu. Mas, sabemos também, que ela onera o Paraná, e sabemos também, que o Paraná é um Estado que precisa receber benefícios diretos daquela usina e pela "Gazeta do Povo", e pelas televisões que Vossa Senhoria comanda com tanta imparcialidade, com tanto sentimento paranaense, o Brasil toma conhecimento de uma aspiração que é de todos nós.

Quero portanto me rejubilar, em nome desta Casa, por delegação da Presidência, com a iniciativa tão feliz e tão oportuna e dizer que, felizmente, a classe política recebe o apoio de uma voz de tanta penetração e que tem uma expressão singular na vida sócio-econômico-cultural de nosso Estado.

Recebemos portanto Vossa Senhoria nesta Casa com muita alegria e esperamos poder ser úteis como instrumentos políticos, para a consecução de um projeto que diz muito de perto aos interesses maiores de um Estado que espera, e há de receber, muito deste País, para poder oferecer sempre o dobro do que recebe de toda a Nação brasileira.

Muito obrigado pela sua presença. — (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Esta Presidência tem a grande satisfação de conceder a palavra ao ilustre convidado de hoje na Assembléia Legislativa do Paraná, Dr. Francisco da Cunha Pereira Filho.

O SR. FRANCISCO DA CUNHA PEREIRA FILHO — Prezado Presidente João Mansur, dignos membros da Comissão Executiva, Secretários de Estado, Líder do Governo, Líder da Oposição, Srs. Vice-Líderes, Prezados Deputados, Senhores.

Primeiramente o meu muito obrigado. Ao entrar neste plenário senti mais forte a minha condição de paranaense e a minha condição de eleitor. Condição de paranaense e, particularmente, condição de eleitor, que procurou sempre cumprir o seu dever, votando em todas aquelas oportunidades que a minha geração teve a felicidade de permitir que eu votasse, cumprindo o sagrado direito do voto.

Senti-me paranaense e eleitor, pela emoção de poder me comunicar diretamente aos Srs. Deputados, aqueles homens do Paraná que foram ungidos com a água batismal do voto e que respeitamos profundamente.

Agradeço, antes de mais nada, esta rara oportunidade de usar esta tribuna profundamente honrosa e também, particularmente, ao ilustre e brilhante Deputado Aírton Cordeiro que conheço há longos anos e posso trazer aqui o meu depoimento de um cidadão íntegro, dedicado aos mais altos interesses de nosso Estado e que, como Deputado e político, tem sido uma revelação.

Ao meu amigo, Deputado Aírton Cordeiro, os meus mais sinceros agradecimentos por suas expressões gentis.

Mas dizia que me senti mais paranaense e mais eleitor e foi como paranaense e como eleitor que tive uma idéia. Idéia que por senti-la de qualquer forma útil, procurei imediatamente transmiti-la aos organismos de classe, à Associação Comercial, à Federação dos Empregados da Construção Civil, à Federação das Indústrias, pedindo a todos que vissem a utilidade daquela simples idéia e a possibilidade de aperfeiçoá-la dentro daquela preocupação que hoje sinto permanente, constante, em todos os homens públicos do Paraná.

Esta idéia nasceu de uma angústia, uma angústia grave e séria que venho sentindo em todos os líderes políticos de nosso Estado. Como Diretor do Jornal e da Televisão, tenho tido a oportunidade de ouvir, e ouvir muito, tendo ouvido então as mais diferentes vozes. Sinto em todas uma queixa profunda, uma amargura e uma angústia dolorosa mesmo por dois problemas fundamentais:

Primeiro problema, o problema do desemprego. Os jor-

nais do Rio e São Paulo de ontem, ainda davam em manchete de primeira página: "O Desemprego aumenta no País". "Os índices de desemprego no Rio e São Paulo, em abril, é maior desde 1980". Felizmente, nesse levantamento do IBGE não aparece ainda o Paraná com o sofrimento duro da angústia do desemprego. Mas, todos nós antevemos diante da realidade da concretização de Itaipu, dentro de dois anos e meio, uma ameaça terrível, a ameaça do desemprego de 40 a 50 mil pessoas, localizadas numa região de fronteira. Nós estamos assistindo agora ainda, o grave problema da Fiat que está pretendendo desempregar 300 funcionários. E há um ambiente de greve geral, há um ambiente de crise acentuada, com preocupação do Ministério do Trabalho e outras autoridades.

Tivemos pouco tempo, o problema da Volkswagen, que se transformou num drama nacional, quando ela sentia necessidade, de desempregar, de demitir quatro mil ou cinco mil funcionários; e nós temos pela frente, a nuvem negra da possibilidade de no tranqüilo Paraná, assistirmos o desemprego de 40 a 50 mil funcionários que constroem a gigantesca binacional de Itaipu, que é um orgulho do Paraná, que é um orgulho de todos nós, que é um orgulho do Brasil.

A outra angústia que eu sinto em todo paranaense, é a angústia do Paraná ter perdido 850 quilômetros quadrados, de uma das suas regiões mais férteis: — é a angústia do Paraná de ter perdido Foz, de ter perdido Sete Quedas; capricho da natureza, trabalho caprichoso realizado por milênios e que em cinco anos, foi, será, totalmente destruído.

A angústia dos paranaenses, dos líderes paranaenses, pela desapropriação de uma faixa que será uma transversal que cortará o Estado todo, para o transporte da Energia Elétrica de Itaipu, energia elétrica esta que o Paraná não utilizará um quilowatt sequer; será toda ela exportada para outros Estados.

Essas duas angústias me envolvem. Mas, ao lado disso, a alegria da concretização de Itaipu. Sem dúvida alguma, a alegria pela grandiosidade da obra; a alegria pelos resultados dessa obra que vai nos trazer um potencial hidrelétrico, que praticamente a metade do potencial hidrelétrico montado no País. A alegria de vermos que ela foi construída por brasileiros; a satisfação de ver que a sua equipe, que o seu Presidente, que os técnicos que a constroem vêm conseguindo avançar até no tempo e no cronograma de obras. E nós ficamos num paradoxo: — alegria e angústia. E neste momento, me chega à mente uma passagem bíblica, de sentido profundo de filosofia da vida: "Chorai com os que choram, e alegrai-vos com os que se alegram", diz o Novo Testamento, São Lucas ou São João".

Nós podemos inverter um pouco a ordem: "Alegrai-vos com os que se alegram, e chorai com os que choram".

E diante desse sentimento, então, de chorar com os que choram, é que eu passei a imaginar de que forma, como paranaense, poderia cobrar da binacional Itaipu, esta angústia que todos nós estamos sentindo.

Não há forma de se medir o prejuízo, Sete Quedas não tem preço. Esta faixa cortando o Estado, vai nos prejudicar severamente, porque serão linhas de alta-tensão e que exigirão uma desapropriação gigantesca, cortando totalmente o Estado. E as terras submersas?

Estas, talvez, pudéssemos avaliar, a produção, e ainda hoje mesmo em entrevista concedida à "Gazeta do Povo", o Presidente do BAMERINDUS nos dá a informação de que aquela área inundada "ad-eternum", está deixando de render uma safra de um milhão de toneladas só em grãos.

Então eu pergunto: — de que forma poderia ITAIPU nos ressarcir desses prejuízos? Ela não tem outra forma senão nos pagar com o que ela produz. Com energia.

E mais, com a felicidade de que ITAIPU vai fornecer ao Brasil a energia mais econômica, a energia de custo mais baixo, o quilowatt mais baixo gerado no País, por suas condições técnicas, por suas condições profundamente econômicas, e pelo volu-

me da sua produção de 12 milhões e 600 mil quilowatts.

Então, partindo deste raciocínio, de que a única forma concreta — e sentia em todos aqueles que comigo conversavam, o desespero de não encontrar uma fórmula concreta, uma solução, uma proposta concreta, e daí a nossa idéia de que ITAIPU fornecesse energia a custo “zero”, durante 30 anos, e que, depois de 30 anos, continuasse a fornecer energia ao Paraná, a uma tarifa 50% inferior à tarifa vigente então.

E nos pareceu uma forma de podermos, então, não exigir, mas pedir a ITAIPU um entrosamento com o Paraná; mostrar à ITAIPU o grande prejuízo que o Paraná teve, sem considerar ITAIPU como uma agressora, porque somos hospedeiros, e temos obrigação de hospedeiros, de uma obra do porte de ITAIPU.

Mas, aproximarmos de ITAIPU, Governo, povo, porque ITAIPU também é Governo, também é povo, mostrando a nossa angústia, e exigindo um entrosamento maior entre o Estado do Paraná e a binacional ITAIPU, dizendo que o Estado do Paraná precisa de energia a custo “zero”; dizendo, mais ainda, que o Estado do Paraná conhece o problema grave que ITAIPU terá que resolver, porque o problema é da binacional ITAIPU, solucionar o problema seriíssimo e angustiante, de uma crise social que se avizinha, com uma nitidez perceptível até mesmo àqueles que não querem ver.

Então, estaríamos correndo em favor de ITAIPU, dizendo à ITAIPU que ela tem um problema muito sério, tem outros problemas, e que nós, Governo, povo, do Paraná, temos condições de ajudá-la a solucionar esse problema gravíssimo, esse problema social, da maior gravidade, que é o desemprego, amanhã, de 40 a 50 mil brasileiros, localizados numa região de fronteira.

E de que forma?

Conjugando os esforços do Governo do Paraná, municípios do Paraná, povo do Paraná, e energia de Itaipu, nós poderíamos construir, primeiro, um polo industrial em ITAIPU, na vizinhança do Lago, em Foz do Iguaçu, ou no local que fosse mais indicado pelos técnicos, para que esse polo industrial, com os incentivos que fossem criados, de energia a custo zero, os incentivos que fossem criados pelo município, pudessem atrair indústrias que viessem absorver essa mão-de-obra que, dentro de dois anos e meio, estará sendo despedida e transformada em novos “bóias-frias”, em nosso Estado.

O problema é grave, e tenho certeza que colocado sob esse aspecto à binacional de Itaipu, a nossa pretensão seria mínima. Estaríamos colaborando para a solução de um grave problema.

Mas, temos que pensar maior. Itaipu é a grande obra do século, Itaipu é uma das maiores, se não a maior, represa do mundo geradora de energia elétrica. E 40 a 50 mil operários não seriam absorvidos apenas por uma cidade industrial. Daí então a nossa idéia de criarmos, com energia a custo zero, cinco polos industriais em nosso Estado. Para que essa mão-de-obra se fixasse no Paraná. E para que nós também fixássemos os paranaenses em suas regiões.

Então, sugerimos a criação de um polo industrial em Guaíra, procurando de uma forma ínfima, indenizar Guaíra pelo prejuízo terrível de acabarmos com Sete Quedas. E aí teríamos, talvez, a matéria-prima própria para indústrias cerâmicas e incentivariamos a criação de um polo de indústrias cerâmicas, ou de outra matéria-prima que a região fosse rica.

Em Curiúva, já tivemos oportunidade de noticiar em nossos jornais e pela televisão, a existência das maiores reservas de urânio do Paraná. São reservas que chegam — segundo algumas estimativas — a quase vinte por cento das reservas brasileiras, ou pouco menos.

Precisamos desenvolver a exploração do urânio com maior urgência, porque as usinas nucleares deverão entrar em funcionamento em breve e o Brasil será um grande consumidor de urânio. O urânio é o combustível do futuro e tem uma grande acei-

tação no mercado internacional e renderá divisas na exportação, desde que consigamos extrair e beneficiá-lo.

Então, o que pedimos a Itaipu? Que nos conceda, a Curiúva, energia elétrica a custo zero.

Aí criaríamos mais um polo industrial, absorveríamos mais operários e fixariamos mais o homem no interior paranaense em sua região.

Poderíamos, depois, que temos um grave problema e que devemos resolver com mais urgência ainda, é o problema do xisto.

E o xisto será mais facilmente explorado se tivermos energia a custo zero.

Então, pediríamos, por 30 anos, energia a custo zero para exploração do xisto.

Mas, sabemos que só energia como atração para capitais que se preocupem em criar indústrias, é uma atração insuficiente. Como industrial da imprensa, posso trazer como exemplo, em jornal, ou televisão, a energia elétrica equivale a um por cento do faturamento total.

Então, se formos fazer um estímulo de um por cento, ou a média de dois a três por cento, esse estímulo não terá sentido. É necessário que agreguemos a energia elétrica a um dos elementos fundamentais de qualquer indústria.

Primeiro, mão-de-obra; depois, matéria-prima; terceiro, transporte.

Então, se em Paranaguá criarmos um polo industrial, agregando energia elétrica a custo zero, o transporte para o porto, a custo zero, nós teremos uma grande atração a capitais brasileiros que aqui virão investir, virão investir em Paranaguá, criando um pólo industrial e atendendo a uma região que vem há muito tempo, precisando de um apoio total do nosso Governo, que é o litoral.

Mas, dentro da nossa idéia, que não seria nem um esboço e nem uma proposta, mas uma idéia que eu trago à apreciação dos ilustres Deputados, para que aperfeiçoem a idéia e que já não é mais minha, já é de todo o Paraná, nós sugeriríamos que Itaipu fornecesse também energia elétrica a custo zero, para que eletrificássemos toda a Ferrovia do Soja até o Porto de Paranaguá, e acredito que é de profunda oportunidade, definirmos quanto antes possível, qual o combustível a ser usado na Ferrovia do Soja.

Nós sabemos que há pouco tempo estive no Paraná, o representante do Banco Mundial, com estudos finais para implantação da Ferrovia do Soja e é fundamental que se fixe já que a Ferrovia do Soja seja baseada na energia combustível derivada do petróleo ou na energia elétrica.

Se nós tivermos a definição de que teremos energia elétrica a custo zero, para a Ferrovia do Soja, já é uma definição que acelerará o processo do início da construção da Ferrovia do Soja, e mais ainda, nós estaremos conseguindo um frete a preço altamente competitivo para o povo do interior paranaense, para a agricultura paranaense e para esse pólo industrial que sugerimos seja criado em Foz do Iguaçu.

E aí termina a idéia, mas surgem indagações. Primeiro, a idéia é constitucional?

Levantamos o problema e verificamos que não há inconstitucionalidade. Alegam alguns extremados que seria inconstitucional pelo custo zero, mas se zero é inconstitucional, 0,1 não será. Então não é problema algum de inconstitucionalidade e nós sabemos e os juristas estão aí para analisarem o problema sob o prisma da sua constitucionalidade, e digamos que se o custo zero por ser zero, é inconstitucional, o custo 0,1 quem tem mais tem menos, o custo 0,1, 0,2, 0,3 não será inconstitucional. Então não há barreira alguma de constitucionalidade ou inconstitucionalidade da sugestão, mas há um detalhe que eu acho oportuno, com toda cautela, trazer aos nobres Deputados.

É que, do lado paraguaio, a energia também será fornecida a preço barato e no Paraguai nada impedirá que seja for-

necida energia a custo zero. E mais ainda, se nós enfrentarmos a gravidade do problema social, de 40 a 50 mil operários, e eu trouxe a comparação, de 300 empregados da Fiat, criando um problema social, quando na região da fronteira serão 40 a 50 mil desempregados, todo esforço que se fizer para se analisar a constitucionalidade ou inconstitucionalidade, será da maior importância e será um dos argumentos mais sérios para que encontremos uma solução, se por ventura, com rigor jurídico e constitucionalista, quisermos encontrar uma barreira preliminar que é inconstitucional o custo zero, mas o custo zero é um custo de impacto. A nossa campanha precisa sensibilizar o Paraná inteiro e o que nós temos que solicitar é energia a custo zero.

Indagaria aos Senhores: — como reagirá Itaipu a uma solicitação desse porte? Porque na realidade nós estamos criando cinco pólos industriais no Estado do Paraná. Na verdade, estamos criando cinco cidades industriais no Estado do Paraná, e em termos de PNB, se nós considerarmos que a Cidade Industrial de Curitiba, com cento e tantas fábricas e mais 90 em aprovação, possa simbolizar 1/6 do (PNB) curitibano e em síntese, do PNB de Curitiba, nós uma vez implantado o plano teríamos em dois ou três anos, construído uma outra Curitiba, cinco pólos industriais, considerando que cada pólo desse possui 1/5 do PNB de Curitiba, implantado esses pólos, em dois anos e meio, três anos se conseguíssemos fazê-lo, nós estaríamos fazendo o PNB do nosso Estado crescer mais de 10% além do crescimento normal.

Outro tópico que queremos abordar na análise da idéia, é que ela não é inconstitucional, segundo, ela não é inflacionária. Nós estamos atravessando um problema seriíssimo, em que a inflação nos castiga a todos e, castiga mais puramente, às classes menos privilegiadas. Então, nesse momento brasileiro, qualquer iniciativa que seja inflacionária, encontrará por parte do Governo Federal, a barreira, de que é inflacionária e deve aguardar. Esta idéia, entretanto, não é inflacionária. Porque o Governo Federal não vai investir, porque o Governo Estadual também não irá investir e o Municipal também não. Apenas, a iniciativa privada, atraída por esses incentivos, é que iria se movimentar, transformando até numa anti-inflacionária.

Mas, o que mais empolga na idéia a todos aqueles com quem eu conversei, é o sentido social, é o sentido da criação de novos empregos. E, pode se fazer um cálculo de quantos mil empregos aproximadamente deveriam ser criados, e, vamos de encontro profundamente ao plano do Governo Federal, de criar novos empregos e evitar o desemprego. E, especificando um pouco mais então, nesse aspecto de criar empregos, nós já então, imagináramos, que se criaria uma regulamentação para que se exigisse que todo aquele capital que fosse atraído para construção de indústrias no local, obedecesse a uma relação — benefício-emprego. Porque na verdade, se empregarmos energia a custo zero, virão indústrias robotizadas, indústrias que procurarão usar a energia para substituir a mão-de-obra e aí então, como a nossa preocupação é fundamentalmente social — de criação de empregos. Fundamentalmente, teríamos que fazer uma regulamentação para que, houvesse uma justa relação entre energia e emprego, benefício e emprego.

Outro aspecto positivo da idéia — economizaria derivados de petróleo, economizáramos o óleo combustível, economizáramos o óleo diesel, pelo aproveitamento integral principalmente, na estrada de ferro de energia elétrica e também, pelo emprego em todas essas indústrias, apenas, de energia renovável. Proibindo mesmo na regulamentação, o uso de energia não-renovável. O que traria então, uma apreciável economia de divisas na importação de combustível, de petróleo.

Outro aspecto que me parece também de realce, é o estímulo à exportação. O Governo brasileiro está profundamente preocupado, com o problema de aumentar importações, a ponto de criar constantemente, prêmios à exportação. Lamentavel-

mente, esse mecanismo, quando pressentido por países importadores, é imediatamente deixado sem efeito pela criação de taxas correspondentes ao prêmio criado no País exportador. Mas se nós em vez de darmos prêmio no final de exportação, criarmos estímulos iniciais no custo de transporte a zero, somado a energia a zero, estímulos estes que têm o sentido de ampliar o progresso de uma determinada região, jamais poderia ser alegado (?) por países importadores como estímulos diretos à importação. E o Brasil então teria condições de preços competitivos de exportação, sem qualquer barreira em qualquer País.

É a solução que o Japão deu, não sendo produtor de ferro chegou a ser o segundo produtor de aço do mundo, hoje é o terceiro. É a proximidade da fábrica. A fábrica colocada ao lado do porto.

Se tivermos o incentivo, da energia a custo zero, do transporte a custo zero, podemos bucar matéria-prima onde quisermos, além de criarmos um pólo de emprego da maior importância em Paranaguá.

Estaríamos estimulando a exportação por preços competitivos.

A idéia tem um outro aspecto de relevância neste momento, quando o Governo Federal está profundamente empenhado na descentralização da indústria brasileira. A idéia nossa é profundamente descentralizadora, é a criação de cinco pólos, totalmente descentralizados, atendendo profundamente a este programa do Governo Federal de descentralização da indústria.

Finalmente, é exequível e mais sério, é viável a curto prazo. Se formos analisar a realidade do consumo de energia paranaense, vamos ver que o Paraná não tem problemas de geração de energia e antes, pelo contrário, temos um subconsumo de energia. O Paraná exporta energia e, segundo dados que tenho em meu poder, o Paraná tem recursos para até o ano 2000, sem preocupações de criar novas fontes geradoras de energia.

Mas isto não é motivo de alegria, nem de satisfação. Isto é consequência de um subconsumo de energia. Mas este subconsumo de energia é fruto de uma grave injustiça que se fez no Paraná, quando no início do "boom" cafeeiro no Paraná, há mais de trinta anos, não estou bem lembrado, talvez até há mais de quarenta anos, foi criado o confisco cambial e o Paraná não pôde se capitalizar. O progresso de São Paulo é devido principalmente à circunstância de que São Paulo pôde passar da fase agrícola, capitalizando e depois se industrializando e mais, contando com a energia elétrica subsidiada de uma companhia então existente, que tinha interesse em atender o Governo e que dava energia subsidiada para as indústrias, que era a Light.

Graças a estes dois fenômenos, São Paulo progrediu e o Paraná teve o seu crescimento cortado, cerceado, em virtude deste castigo, desta punição, que foi dada ao cafeicultor paranaense e estendida depois ao produtor de soja, impedindo que o Paraná se capitalizasse. Impediu que o Paraná pegasse este capital e depois empregasse na indústria.

E a realidade paranaense então é de que o Paraná é um subconsumidor de energia elétrica.

Mas se pedirmos, exigirmos, que Itaipu nos forneça energia a custo zero, estaremos de qualquer forma tentando recuperar esses anos de estagnação industrial, criando cinco pólos industriais, cinco cidades industriais, como a de Curitiba, e cinco pontos diferentes do interior do Estado. E todos sabemos as vantagens decorrentes da implantação de uma indústria. Atrás da indústria vem o benefício médico, vem o benefício da assistência dentária, vem o benefício da escola, enfim, todos estes benefícios que seriam atraídos por uma industrialização. fixando o homem do interior do Paraná em suas próprias regiões.

Finalizando, diria então que esta idéia, — que não é um projeto, esta idéia que não é uma proposta, é apenas uma idéia

que modestamente trago aos Srs. Deputados, pedindo a todos a maior atenção, o maior cuidado e a colaboração indispensável para que esta idéia possa ser aperfeiçoada, possa ser melhorada, neste esboço que apresentamos, e que pediria que o estudo fosse o mais rápido possível, porque o Paraná tem pressa. Itaipu inaugurará a sua usina inicial, dentro de dois anos e meio e nós já encontramos em várias publicações, a publicidade do início das obras de Itaipu dentro de um prazo mínimo de dois anos, dois anos e meio.

Então é necessário que nós depois de analisarmos essas idéias, depois de termos aperfeiçoado ouvindo técnicos, ouvindo Paraná inteiro, unidos num consenso geral, monoliticamente ligados, nós tenhamos condições de a uma só voz chegarmos às autoridades federais e até o Presidente da República dizendo que o Paraná que tanto tem dado ao Brasil, sem receber a contrapartida, nesse momento, vem fazer uma proposta leal, uma proposta de entrosamento, procurando resolver o problema grave e social que Itaipu terá pela frente e pedindo em contrapartida que lhe seja concedida a oportunidade de recuperar os anos perdidos, pelo confisco do café e pelo confisco da soja.

Eram essas idéias e eu estou à disposição dos ilustres Deputados, para a análise de todos os defeitos dessas idéias, e tenho certeza que são muitos. Mas que eu, trazendo aqui como trouxe à Associação Comercial, como levei à Federação das Indústrias, como levei à Federação dos Empregados da Construção Civil; e como tenho procurado debater com os líderes, Deputados Federais. E recebi recentemente, ainda ontem, um telefonema de Brasília, dando notícias de que o Deputado pelo PMDB, Maurício Fruet, ontem, no Congresso Nacional fez um pronunciamento de apoio integral à idéia de que seja concedida energia a custo zero, para cinco pólos industriais do Paraná e para a ferrovia do soja.

Então é esse apoio que eu venho pedir à Assembléia Legislativa. O apoio indispensável dos Deputados que compõem as diferentes Comissões desta Casa, Comissão de Minas e Energia Elétrica; Comissão de Constituição e Justiça, a todas as Comissões, que possa a idéia estar afeta, pedindo que colaborem com o Paraná, no aperfeiçoamento de uma idéia que poderá talvez ser a redenção do nosso Estado. — (Palmas)

Sr. Presidente, eu terei prazer de ouvir qualquer solicitação de esclarecimento, qualquer coisa que tenha faltado na minha exposição.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Se alguns dos Srs. Deputados desejarem interpelar o entrevistado, nós concederemos a palavra.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Com a palavra o Sr. Deputado Tércio Albuquerque.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE — Meu caro Dr. Francisco da Cunha Pereira Filho, como representante de uma parcela dos municípios que sofrem, mas ao mesmo tempo contribuem com a construção da hidrelétrica de Itaipu, não poderíamos deixar de, neste momento, fazer um aparte a Vossa Senhoria para que em primeiro lugar, parabenizá-lo por esta idéia brilhante, magnífica, mas que sem dúvida alguma, deverá trazer diversos debates e outras sugestões, para juntamente, com a de Vossa Senhoria ser levada o mais urgente possível ao Presidente da República.

Nós que convivemos com a população daquela região, que assistimos os problemas sociais que está acarretando a construção da hidrelétrica de Itaipu, também há tempos atrás fizemos um pronunciamento da tribuna desta Casa, dizendo que os municípios que estão emprestando parte de suas terras, que serão

inundadas pelo grande lago artificial de ITAIPU, deveriam perceber uma contribuição e ressarcimento, pela perda de suas terras e, conseqüentemente, da grande produção agrícola da região, que fossem ressarcidos, através de uma parcela da energia gerada por ITAIPU, que fosse levada a esses municípios uma contribuição pelo lucro que ITAIPU terá pela geração da energia.

E esta idéia, ela germinou, ela cresceu, mas com esta que Vossa Senhoria, hoje, traz, nós queremos juntar a nossa idéia e a idéia do povo do Oeste paranaense, para contribuir pelo engrandecimento da sugestão que Vossa Senhoria trouxe a todo Paraná, e que acreditamos, terá o apoio do eminente e inteligente Governador Ney Braga, e desta Casa, através de todos os seus representantes.

Os meus parabéns, os meus cumprimentos, e a nossa mão amiga a Vossa Senhoria.

O SR. FRANCISCO DA CUNHA PEREIRA FILHO — Nobre

Deputado, eu conheço o trabalho de Vossa Excelência, e conheço as preocupações de Vossa Excelência, principalmente como representante da região.

Gostaria de esclarecer que, na verdade, esta idéia nossa não se choca com qualquer outra reivindicação que, porventura exista, de se pleitear uma modificação na legislação do imposto sobre energia, e que esta nossa idéia, é uma idéia específica, dirigida para o problema de ITAIPU.

Lembrando que a produção, a geração de energia de ITAIPU é da ordem de 12 milhões e seiscientos mil quilowatts.

E o que nós estamos pedindo?

Apenas 1%. Se considerarmos que cada pólo desses venha a consumir 40 quilowatts, estaremos pedindo a ITAIPU apenas 1%, porque nós vamos verificar, tomando por base a Cidade Industrial de Curitiba, que a Cidade Industrial de Curitiba, com 101 indústrias, tem, à sua disposição, 40.000 quilowatts, mas está utilizando apenas 13.000 quilowatts.

Então, vejam os Srs. que, na verdade, o que estamos pedindo a ITAIPU não é nada. Na realidade, até, talvez — e quero alertar aos Srs. Deputados — talvez estejamos pedindo pouco, estejamos sendo pequenos ao pedir, e daí eu ter levantado na minha idéia, como preliminar, de que isto concedido, nunca seria quitação à ITAIPU. Isto é fundamental.

Nunca seria quitação, porque, chorando com os que choram, o nosso prejuízo é incalculável, é indimensionável.

Portanto, quero deixar esta preliminar, que é fundamental na análise dos Srs. Deputados, de que, se conseguirmos alguma coisa de ITAIPU desse porte, não seria nunca a quitação, mas seria, pura e simplesmente, a gota d'água, o milionésimo de uma contra-prestação daquilo que ela nos deve, e acrescentando mais, que nós estaríamos prestando à ITAIPU uma solução — não só para ITAIPU, mas para todo o Brasil — uma solução para o grave problema do desemprego.

Imaginem os Srs., o que significará para o País a existência de mais 50 mil desempregados na região de fronteira, quando 300 despedidos da FIAT assustam, quando 5.000 despedidos da VOLKSWAGEN ameaçam, o que significará de convulsão social, de problema social, o desemprego de 40 a 50 mil funcionários?

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Com a palavra o nobre Deputado Gabriel Sampaio.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Dr. Francisco da Cunha Pereira Filho, é com muita alegria que esta Casa recebe Vossa Senhoria e absorve, de uma forma fantástica, aquilo que foi exposto.

A minha preocupação, Dr. Francisco, a única, é a viabilização dessa idéia.

Vossa Senhoria foi muito claro quando falou do esboço. Realmente é um esboço de uma excelente idéia, que deverá ser



viabilizada, através de vários estudos técnicos, inclusive, para que se possa, quando da reivindicação — e aí discordo em parte de Vossa Senhoria quando diz que temos que pedir. Acho que o Estado deve exigir de Itaipu e do Governo Federal, uma reparação, como Vossa Senhoria, bem frisou, do irreparável prejuízo causado ao Estado do Paraná.

A minha preocupação é essa.

O SR. FRANCISCO DA CUNHA PEREIRA FILHO — Se Vossa Excelência permite, disse que deveríamos pedir. Porque, quando nos dirigíssemos a Itaipu, devemos lembrar que também estamos nos dirigindo a paranaenses, a brasileiros e tenho certeza que, diante de uma exposição nossa, de homens que estão ligados, hoje ao Paraná, que conhecem o nosso problema, poderiam entender uma reivindicação nossa, a idéia de um entrosamento.

Mas, é claro que se necessário for usar o canhão em vez da caneta, estou com o nobre Deputado.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Então, Dr. Francisco, só para complementar a minha dúvida chega a ser mais uma preocupação do que uma dúvida, porque, sugerir uma comissão — comissão é uma entidade um pouco desprestigiada, neste País, porque, quando onde se propõe uma comissão é muito difícil ela consumir os seus objetivos.

Então, Sr. Francisco, qual seria a fórmula para detalharmos essa idéia, que já defini como brilhante, para podermos, além da comunidade paranaense tomar partido e participar ativamente disso, podemos queimar as diversas etapas que talvez seria a própria Itaipu para depois os órgãos federais, ligados a Itaipu, para concluirmos com o Presidente da República. Porque, deveremos chegar lá com tudo detalhado, com tudo pronto, para que não incorramos no erro de sermos apanhados, colhidos por um aspecto não analisado com profundidade.

Então, Dr. Francisco, é somente isso.

Para concluir, evidentemente que o Paraná, hoje, está eufórico, desde o lançamento, através dos veículos de comunicação, de sua idéia.

Mas, essa euforia poderá dar lugar, para, daqui uma semana, duas, um mês, a uma aceitação muito boa, mas sem a aceitação rápida, como Vossa Senhoria colocou.

A minha preocupação é como nós, o Poder Político, a Assembléia Legislativa, no caso, como nós, através das entidades de classe, através das entidades patronais, através do Governador que representa o Poder Executivo, e aí já demonstra o interesse, com a presença, neste Plenário, de diversos Secretários de Estado, como podíamos reunir todas as forças vivas do Paraná, o empresário, o homem público e o povo, para levarmos avante essa idéia e podermos conseguir a realização desse, talvez, hoje, sonho de Vossa Senhoria, mas que poderá ser, amanhã, a redenção do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. FRANCISCO DA CUNHA PEREIRA FILHO — Nobre Deputado, representante da minha cidade de Maringá, meu particular amigo, eu diria a Vossa Excelência o seguinte: estou aqui pedindo aos líderes políticos, aos Deputados, que me ajudem de uma forma. Posso adiantar que o Governador do Estado Ney Braga, que sente angustiadamente o problema do desemprego e manifestou isso, ainda há poucos dias, num belo improviso que fez, quando fomos assinar um convênio de esportes da Rede Globo, Operário Global, Sua Excelência, naquele improviso vibrante teve uma das afirmativas das mais interessantes: “Quem, como cristão, não sente o drama do desemprego?”

Quem como cristão, não gostaria de estar sentado à uma mesa, distribuindo emprego e salário, a quem fosse pedir?”

Sua Excelência está sensibilizado com o problema. E tenho certeza que o intérprete maior e melhor de uma idéia como esta, será o Governador do Estado, mas apoiado, sem dúvida, numa união monolítica, acima de partidos, acima de qualquer

outro interesse, numa união monolítica de todos os paranaenses.

E já tenho recebido, no jornal, a pública, a manifestação de apoio total e integral, das associações de classe, das federações de indústrias, das federações de empregados, enfim, acreditamos que a idéia já tenha sensibilizado.

Mas, precisávamos, sem dúvida do apoio indiscutível da classe política que é fundamental, dos Senhores que foram batizados pelo voto e que podem representar o povo e que podem sensibilizar as populações de suas regiões. É preciso que haja um movimento, porque, sem dúvida alguma, embora pareça pouco, 1% da geração de Itaipu, o que nós estamos pleiteando, tem um significado muito grande para o Paraná. Será a criação de 5 pólos, será a solução de problemas fundamentais da indústria, terá consequências até na exportação, no crescimento do PNB. Então eu acredito que a fórmula ideal seria que houvesse uma manifestação maciça, levando ao Governador do Estado talvez, o apoio total.

Eu até vim aqui para pedir sugestões e me permito até de abster-me de qualquer solução desse porte, pedindo aos Senhores Deputados que me tragam esses elementos.

Quero dizer mais, que esse movimento não será um movimento virgem na história do mundo. Esta angústia que estamos sentindo, é angústia que sentem todos aqueles que são desapropriados e que não recebem a justa proporção da sua desapropriação e segundo o conceito jurídico de “desapropriação”, de Carlos Maximiliano e confirmado por Acórdão do Supremo Tribunal Federal, “o valor da desapropriação tem que ser total, integral, de tal forma que o preço que foi atingido pela desapropriação possa substituir, tranqüilamente, aquilo que lhe foi tirado”.

Então eu acho que é tranqüilo o sentido nosso e até legal e mais ainda, que na história de outros povos, já existe antecedentes.

Tenho aqui um exemplo, nos Estados Unidos — tenho aqui alguns dados — foi o Estado do Novo México que reivindicava. A energia do Novo México estava sendo explorada e exportada para outros Estados, na década de 70. Indo em tentativas diversas, o Estado do Novo México por sua gente, por seu povo, foi até a Suprema Corte e obteve ganho de causa. A Suprema Corte estabeleceu que de cada KW gerado pelo Estado que exportasse a sua energia, teria direito a quatro centavos de dólar. Então não é novidade. A nossa reivindicação é uma reivindicação de toda procedência, tem amparo jurídico, tem amparo legal e tem até o exemplo histórico dos Estados Unidos.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Dr. Francisco, só para encerrar e como idéia e Vossa Senhoria colocou bem que essa Casa representa o povo do Paraná, eu sugeriria desde que seja aceito pela Presidência da Casa, que a Assembléia do Paraná, que representa todas as correntes de opinião deste Estado, fosse a entidade agregadora das demais facções, das demais entidades representativas do Paraná, na tomada e continuação e detalhamento dessa idéia, e da criação de um cronograma para que se possa levar queimando as etapas daqui até a definição final.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Com a palavra, o Senhor Deputado Lázaro Dumont.

O SR. LÁZARO DUMONT — Primeiramente quero me congratular com Vossa Senhoria, por Vossa Senhoria abraçar essa causa e dizer que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, realmente sob esse aspecto, ela sempre esteve atenta. Basta que por esta Casa, por vários Deputados por exemplo, não somente a eletrificação da Ferrovia do Soja, mas inclusive a própria construção da linha por Itaipu, numa forma de compensação por aquilo que ela vai usufruir do nosso Estado, já foi sugerido alguns pólos industriais, principalmente Oeste

Sudoeste, para evitar o passeio do trigo, o passeio da soja, o passeio do milho, de tantos produtos que nós passeamos por aí afora que vão e voltam, e que poderiam ser industrializados na própria região.

Vossa Excelência levanta muito bem o problema da mão-de-obra, mas eu colocaria paralelamente a isso, - depois faço a minha pergunta - o problema que estamos vivendo hoje, que vivemos até esses dias atrás, por exemplo, com o movimento dos colonos que estão sendo expropriados por Itaipu. Assim acontece com o projeto da ELETROSUL que eles planejam, começam a construir e o homem que está na terra não tem a mínima consideração por esses que promovem. Em nome de uma segurança nacional, em nome de um desenvolvimento nacional, eles entram e põem para fora. É o caso que nós teremos agora com a construção de mais duas usinas pela CESP, acima do Lago de Guaíra, o caso aconteceu, por exemplo, em Porecatú, com a usina construída pela SESP, em Xavantes, que alagou o lago do Estado do Paraná, pela Região de Carlópolis e Ribeirão Claro, etc.

Então, realmente, o que a gente percebe, é que essa autonomia do nosso Estado, é que está faltando para nós. Eu, por exemplo, aplaudo o Senhor de pé, sentado, de qualquer jeito pela idéia.

Agora, pela forma como está concentrada hoje, todas as decisões do Governo Federal, onde o nosso Estado não tem direito a decisão alguma, a verdade é essa, não tem direito a decisão alguma. A Itaipu está acobertada, ela dá, se quiser, se não quiser, não dá.

Então, eu faria uma pergunta a Vossa Senhoria bem simples: Vossa Senhoria não acha, que essa falta de autonomia dos nossos Estados, que não têm praticamente nenhuma autonomia, onde qualquer empresa pode construir nas suas águas, nas suas divisas, seja ela estatal, seja ela não estatal, particular. A falta de autonomia do nosso Estado, Vossa Senhoria citou agora, o caso do Novo México, a legislação americana prevê a autonomia dos Estados, no Brasil lamentavelmente, nós não temos essa autonomia.

Então, esta falta de autonomia, Vossa Senhoria não acha que poderá ser o principal entrave, para que a sua idéia, a idéia de inúmeros Srs. Deputados aqui e nós poderíamos como muito bem disse o Deputado Gabriel Sampaio, juntá-las todas e a própria Assembléia encampar esse ajuntamento. Essa falta de autonomia, Vossa Senhoria não sente ou não poderá sentir que vai realmente, prejudicar toda essa boa vontade do povo paranaense, que Vossa Senhoria muito bem demonstra hoje, nessa tribuna?

O SR. FRANCISCO DA CUNHA PEREIRA — Nobre Deputado, conheço seu trabalho no interior, conheço a sua luta contra o "trigo-turista", que circula pelo Paraná todo para ser beneficiado em São Paulo.

Conheço seu trabalho junto às cooperativas e admiro profundamente sua atuação.

E, na verdade, o nobre Deputado abordou um problema muito sério. O Paraná é hoje, exportador de energia elétrica. A SESP e a ELETROSUL, mas isso eu acredito que até seja uma felicidade para o Estado do Paraná, a natureza dotou o Paraná, de uma condição especialíssima. Nós temos energia hidrelétrica à superfície da terra, enquanto outros têm que cavar fundo para encontrar energia e nós temos energia à flor da terra.

E, na verdade, em razão dessa circunstância privilegiada, os técnicos têm estudado e têm encontrado condições excepcionais de gerar energia hidrelétrica, nas reservas paranaenses.

Então, de certo aspecto isso é uma felicidade. Imagine Deputado, se Itaipu não estivesse no Paraná e sim no Rio Grande do Sul, como nós estaríamos com uma justa inveja. Porque, sem dúvida alguma, Itaipu trouxe para todo o Paraná

indiretamente, vantagens incalculáveis e o nobre Deputado é testemunha disso, no crescimento de toda aquela região, em decorrência desse investimento da ordem de dez bilhões de dólares no Paraná.

Sem dúvida alguma, nós temos que ser realistas e analisar essa realidade, do Paraná ser beneficiado profundamente pela natureza, e que Itaipu foi construída aqui, porque era o local, não porque era o Paraná. Mas, porque era aquilo que se encontrava melhor localização, para se construir uma energia que nos fornecesse um quilowatt a um preço mais baixo do País.

Então, essa realidade, é a realidade que nós temos. O domínio do subsolo e o domínio dos rios pertence ao Governo Federal, à Federação. Assim sendo, a nossa posição não poderia nunca ser de oposição frontal, à concretização de qualquer plano de criação de energia hidrelétrica. Daí então entender, que no momento, eu não estaria vendo o problema de Itaipu e o Deputado abordou muito bem, nós temos outras áreas invadidas, alagadas, muito maiores.

A Ilha Grande que o Deputado lembrou nas proximidades de Guaíra, vai alagar o dobro do que Itaipu alagou no Paraná, e isso vai ser construído se não me engano pela ELETROSUL. A SESP e a ELETROSUL somadas, já alagaram no Paraná, mais de 900 km quadrados. A COPEL, que fornece energia para nós e essa energia então, da SESP e da ELETROSUL, é toda ela para São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Norte do Brasil. Agora a COPEL, que fornece energia para o Paraná, alagou somente 177 km2.

Na verdade, o Paraná está exigindo da Nação uma legislação federal que regulamenta nos moldes daquela, que foi ganha na Corte Suprema. Mas isto levou, nos EEUU, a uma batalha de dez anos. Começou na década de 70, antes da década de 70, e só foi terminar com a lei federal no ano de 1976.

O que trago aqui é um problema urgente, é um problema premente. São dois anos. A idéia que trago é a curto prazo. Agora, a longo prazo existe um projeto do Deputado Federal Maurício Fruct que, a exemplo do que ocorre com a exploração do petróleo, com a exploração do xisto e com a exploração do gás, deixa para o Governo da Bahia e outros Governos que têm tido exploração de petróleo, deixa, além da criação da PETROBRÁS, no seu artigo 10 estabelece oito por cento para o Estado, dois por cento para o município, em ações para a PETROBRÁS, relativo ao valor atribuído às jazidas. É uma lei federal já em vigor. Vingará no Paraná também quando explorarmos o xisto. E se encontrarmos o gás com a Paulipetro funcionando por aqui, ou até mesmo o petróleo. E gás, pelo menos, há expectativa geral de que será encontrado.

No artigo 27 desta mesma lei que criou a PETROBRÁS, ela afirma que ficam obrigados a pagar aos Estados e Territórios onde fizerem a lavra de petróleo, xisto ou gás, a indenização correspondente a cinco por cento sobre o valor do óleo extraído, ou do xisto, ou do gás.

Então se já existe uma legislação para o xisto, para o gás, para o petróleo, por que não existe uma legislação para a água?

Mas isto será uma transformação da legislação, será um programa muito demorado e para enfrentar todo esse problema Estadual que o Deputado, com muita oportunidade trouxe a debate, e que não tinha abordado ainda aqui, de que na verdade o Paraná está ameaçado de perder agora 1200 km2 com esta hidrelétrica de Guaíra e já tem 901 km alagados pela SESP, pela ELETROSUL, gerando eletricidade para outros Estados, e não para o Paraná. Mas que o Paraná recebe uma contraprestação por isto. Existe um imposto único de energia que tem um critério complexo na distribuição e as empresas que geram energia, cobram este imposto do consumidor e recolhem aos cofres públicos e que serão distribuídos depois aos Estados de acordo com uma proporção de área alagada, de energia gerada em principalmente, energia consumida.



Este critério desta lei, é uma lei federal, que criou o imposto, é de profunda injustiça porque estará beneficiando, no caso do Paraná, muito mais Santa Catarina, que consome, São Paulo que consome mais energia no Paraná do que o Paraná que gera; porque no critério de distribuição, entra para sua valorização o consumo. Como o Paraná consome menos, é um subconsumidor, diante de São Paulo, diante de outros Estados, então a distribuição, não tenho bem certeza porque não sou técnico no assunto, apenas sou leigo, me parece que é o imposto único de energia, ele deixa no Paraná mas é muito pouco, porque somos subconsumidores de energia.

Na hora que formos grandes consumidores de energia, esta distribuição será maior para nós.

Existe um projeto do Deputado Maurício Fruet, inspirado ...

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa quer lembrar ao nobre conferencista que há diversos Deputados aguardando a vez para interpelar Vossa Excelência.

Nestas condições, concedo a palavra ao Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — É muito saudável e extremamente importante que um empresário como Vossa Excelência, responsável por um complexo de comunicação de alto nível de penetração estadual, tenha a sensibilidade para levantar questões no campo sócio-econômico do nosso Paraná. Paraná hoje tão retalhado, tão marginalizado, explorado em todos os seus setores.

É salutar que um empresário como Vossa Senhoria tenha uma visão clara dos nossos problemas.

Problemas que já foram levantados nesta Casa. E que aliados no mesmo objetivo, possamos fincar uma bandeira de defesa do nosso Estado.

ITAIPU só vai levar, nada deixando a não ser problemas para o Paraná.

Projetada - na minha opinião pessoal - como obra militar, e não como obra de engenharia, ITAIPU já gerou e vai gerar problemas em demasia para o Paraná.

A bi-nacional, por si só já é uma afronta para os brasileiros. Pois ela é bi só no nome; o Brasil arca com quase a totalidade dos recursos e ainda fornecerá cinquenta por cento da produção ao Paraguai que recebeu um presente de Papai Noel. E que presente!

Itaipu serão 850 quilômetros quadrados. Ilha Grande, 1.370 quilômetros quadrados. Até 1985, o Paraná terá quase quatro por cento de sua área, inundada por hidrelétricas, ou então pela invasão da grande peste do século, que são os canais, para abastecer o programa PRÓ-ÁLCOOL.

O Paraná vai cedendo, sem receber nada em troca. O Estado perde 3 cm por ano, de seu solo, por erosão ou por outros fatores.

É preciso uma frente para defender o Estado do Paraná.

E por esse aspecto é que eu parablenizo Vossa Senhoria, por esta exposição.

É preciso unir as forças para sobreviver, importante é acordar todos os setores do nosso Estado.

Era isso. Muito obrigado, Dr. Francisco.

O SR. FRANCISCO DA CUNHA PEREIRA — Obrigado, Deputado.

E, na verdade eu disse que a minha idéia é muito setorial.

Os problemas do nosso Estado são terríveis e eu trouxe apenas uma idéia muito setorial dirigida para ITAIPU e uma idéia de um sentido de uma solução urgente.

Mas claro que nós devemos ver o problema na amplitude

que o Deputado Fiori Luiz soube colocar. E se nós tivéssemos talvez nos unido antes, nós teríamos corrigido a dimensão de ITAIPU; teríamos impedido que perdêssemos a maravilha de Sete Quedas, mas faltou naquela oportunidade, a nossa união.

E havia um projeto que ficava só no Paraná, sem que o Paraguai participasse: — o Projeto Marcondes Ferraz, da maior importância.

Mas, lamentavelmente nessa oportunidade o Paraná estava silencioso.

Os nossos líderes não acompanharam o problema; não foram alertados talvez, e nós tivemos então que aceitar um projeto do porte da Binacional.

A nossa união é que resolveria agora, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa solicita do nobre conferencista e nosso convidado e que não interprete a interferência desta Presidência como uma cassação à sua palavra.

Mas, como o assunto que Vossa Senhoria traz a esta Casa, é um assunto que despertou interesse e a atenção de todos os Parlamentares, esta Presidência apenas quer conceder a oportunidade, para que todos os Srs. Deputados possam interpelar a Vossa Excelência.

Nestas condições, concedo a palavra ao nobre Deputado Deni Schwartz.

O DR. FRANCISCO DA CUNHA PEREIRA — Nobre Presidente João Mansur, eu conheço profundamente a convicção democrática de Vossa Excelência e não interpretaria jamais que Vossa Excelência pretendesse, antidemocraticamente caçar a palavra.

Obrigado.

O SR. DENI SCHWARTZ — Dr. Francisco, quando formulamos um voto de aplausos à sua iniciativa e no mesmo requerimento solicitamos à Mesa que o convidasse para expor a idéia, nós o fizemos por conhecê-lo e por estarmos vivendo, neste momento, no Paraná, um grito saído de todos os corações dos paranaenses quatrocentões - se assim pudéssemos falar - e também dos paranaenses que nasceram na Bahia, em São Paulo, Santa Catarina ou Rio Grande do Sul.

E por conhecer a tradição da família do Desembargador Francisco da Cunha Pereira, e por lembrarmos imediatamente da atuação do seu irmão como Deputado Estadual, Dr. Lincoln, que, inclusive, exatamente por uma feliz coincidência, foi um dos grandes batalhadores quando Diretor do Departamento, de Fronteiras da região Oeste e Sudoeste do Estado, nós vimos uma oportunidade de fazer, talvez, esta verdadeira união que está nesta Casa, hoje, onde empresários, homens da situação, homens do Executivo e do Legislativo, estão a debater assuntos da mais séria importância.

Por isso, Dr. Francisco, eu acho que se o problema levantado por Vossa Senhoria é altamente de fundo econômico-social, e o é, ainda mais, de cunho político.

O que Vossa Senhoria levantou foi a barra da saia de um problema violentíssimo, e que aqui já foi levantado pelo Deputado Lázaro Dumont: — é o problema da Federação.

Nós dizíamos numa discussão com o ilustre Secretário, então do Planejamento, Dr. Vespero, aqui presente, quando discutíamos o plano do Governo do Sr. Ney Braga, que infelizmente, o Paraná não era uma ilha, e que, não sendo uma ilha, aquele plano que nós concordávamos ser um ótimo plano numa discussão da Secretaria do Planejamento, infelizmente encontraria inúmeras dificuldades para ser implantado no Paraná, porque infelizmente as decisões maiores dependem não do paranaense ou do seu Governo.

Então, o Sr. veja, alguns dados são mais alarmantes do

que o que o Senhor traz na sua idéia. Quero testemunhar como homem de Oposição, enquanto eu vejo o trabalho da COPEL, hoje já desapropriando a Usina Segredo, por um valor que até ninguém sabe, porque a discussão está sendo feita do interessado para com a COPEL, e está se desapropriando; enquanto isso, por exemplo, está para estourar neste Estado, um caso seríssimo que são os 1.370 quilômetros de inundação da Ilha Grande, e que a ELETROSUL se recusa terminantemente a discutir até com o INCRA, que é um órgão Federal, que dirá com os órgãos estaduais.

Quer dizer, os homens vêm, tomam conta do Paraná, dispõem do Paraná a seu belprazer, e pura e simplesmente não dão a mínima satisfação aos seus Governantes, aos seus representantes.

Está aqui nesta sala o ilustre Deputado Luiz Alberto de Oliveira, que precisou talvez dar pontapés nas portas da ELETROSUL, para defender o colono que teve as suas terras inundadas em Salto Santiago, e que até hoje, estão na justiça.

E quando o ITC e a própria ITAIPU reconhecem um valor de Cr\$ 490.000,00 para um alqueire de terras em Foz do Iguaçu e nas redondezas, eles teimam em pagar na ordem de Cr\$ 15.000,00 para o homem de Chopinzinho e redondezas.

Mas, gostaria de, usando os dados oficiais do Governo, dizer que me parece que a situação do Paraná é muito pior do que está aí.

Discordo, inclusive, data vênica de Vossa Senhoria, de que ITAIPU tenha trazido para o Paraná qualquer benefício. Porque o ônus que ITAIPU vai acarretar ao Paraná, a partir da sua inauguração - e não é este Deputado da Oposição que vos fala - são os Deputados da Situação, Deputado Werner Wanderer e Deputado Tércio Albuquerque, que levantaram o problema social que talvez acabe, até, com o pólo turístico de Foz do Iguaçu, porque talvez amanhã tenhamos uma nova Baixada Fluminense, ao redor de Foz do Iguaçu, e o próprio turista será impedido de lá estar, porque, os pivetes serão em tal alto número que o próprio turismo será prejudicado.

Essa frase é altamente significativa no setor que Vossa Senhoria abordou.

Como se observa, o Paraná, em 1990, estará consumindo 48,7 por cento da energia gerada em usinas, cujos reservatórios estaduais. Hoje, portanto, estamos apenas consumindo 48,7 por cento.

Em 1985, consumiremos apenas 37,4 por cento; em 1.990, estaremos consumindo apenas 33,7 por cento, de acordo com o BADEP.

Então, Dr. Francisco, pedi a palavra, exatamente para dizer que o mérito de sua colocação é, neste momento, em que se fala em pensar e repensar no Paraná, Vossa Senhoria está criando um canal de diálogo entre a sociedade paranaense e os governantes, entre os quais nos incluímos.

Esse, me parece, o maior mérito de sua idéia.

Vossa Senhoria disse muito bem, e lembrou muito bem, soluções os políticos têm procurado. Os homens do Governo, há pouco ainda lia que o Sr. Secretário exigia o problema do "royalties" para o Paraná, no uso da água. "Royalties" que foram levantados nesta Casa, o Deputado Luiz Alberto fez três pronunciamentos a respeito.

Muitos Deputados de minha Bancada também se levantaram nesse sentido, e Vossa Senhoria se lembrou bem do pronunciamento do Deputado Maurício Fruet, no Congresso.

Portanto, é de suma importância o que queremos trazer neste momento, e pedir a Vossa Senhoria que prossiga, porque, realmente, é chegado o momento que nós, paranaenses, teremos que acabar com esses estados infernais que temos tido.

O Sr. Edson Guimarães, que está presente, numa reunião da Federação das Indústrias, disse claramente que nosso superavit, em 79, foi de um bilhão de dólares.

um bilhão de dólares! E Sua Excelência está presente.

Agora, o que alarma, Dr. Francisco, e me desculpem os senhores do Governo, o que alarma é essa falta da Federação, essa destruição da Federação, nos levam a fatos, como o que ocorreu há poucos dias e, que, infelizmente, não houve compreensão de alguns e, por isso, o Sr. Secretário da Indústria e Comércio aqui não compareceu.

Solicitávamos que Sua Excelência, que está presente, nos viesse esclarecer porque o BADEP - banco tipicamente paranaense, emprestou 6,4 bilhões de cruzeiros para ITAIPU binacional e para Furnas?

Sabemos pelos jornais que isso foi um repasse. Mas, o BADEP é um banco de repasse. Porque, para a indústria paranaense, gastamos 2,9 bilhões de cruzeiros para a indústria de transformação.

Então, como paranaense que sou, acho que Vossa Senhoria que vem de fora das lides políticas e governamentais, está dando uma oportunidade aos governantes paranaenses, entre os quais nos incluímos, como Deputados, mesmo da Oposição, para começarmos um diálogo franco e aberto em defesa do Paraná.

Não vou perguntar nada a Vossa Senhoria, mas quero cumprimentá-lo porque Vossa Senhoria permitiu, exatamente, esse canal de comunicação entre a sociedade paranaense e seus governantes.

Que, diga-se de passagem, também estão preocupados com esse problema.

Basta ver as inúmeras manifestações dos Srs. Secretários do Planejamento, da Indústria, da Administração, das Finanças, que fez brilhante exposição à Federação da Indústria do Paraná.

Portanto, quero manifestar a Vossa Senhoria as congratulações pela maneira como abordou o assunto.

O SR. FRANCISCO DA CUNHA PEREIRA FILHO — Deputado Deni Schwartz, devo dizer que a admiração é recíproca. Vossa Excelência sabe do apreço que tenho pelo seu trabalho.

Vossa Excelência lembrou muito bem que temos a honra de contar, aqui, com a presença dos principais Secretários do Estado. É uma demonstração de que o Governo do Estado sentiu a extensão do problema e está profundamente interessado.

Vários pronunciamentos já ocorreram, do Secretário Véspero Mendes, do Secretário do Desenvolvimento, do Secretário da Fazenda, enfim de todas as autoridades responsáveis que, imediatamente, vieram prestar satisfação ao povo, procurando aperfeiçoar essa idéia, encaminhando às comissões e manifestando o sentimento do Governo Ney Braga diante da gravidade do problema levantado. Vossa Excelência situa muito bem, essa proposta possa ser um canal de comunicação.

Quero dizer a Vossa Excelência, que a "Gazeta do Povo" já vem sendo um canal, principalmente divulgador dos atos do Poder Legislativo. O nosso jornal tem uma página inteira e a página nobre, logo abaixo do editorial, dedicada toda ela ao Legislativo, numa demonstração do nosso apreço profundo à inteligência dos Deputados paranaenses e a importância do Legislativo, como Poder harmônico e Poder da maior importância dentro do regime democrático.

Uma vez mais o meu apreço ao nobre Deputado, o meu agradecimento e o meu apreço ao Poder Legislativo e o meu agradecimento também aos ilustres Secretários que compareceram à apresentação deste nosso trabalho.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Com a palavra, o Deputado Nelton Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Ilustre Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, serei breve, mais com o objetivo de ressaltar

esse aspecto fundamental da sua preocupação, que é em cima do plano geral da sua idéia básica, colocar o social como prioridade 1.

Esse com certeza, é o problema que mais aguça a consciência de todos nós e na verdade, há que se reconhecer que temos tido no Brasil um crescimento econômico, não um desenvolvimento econômico e é por essa razão que este aspecto também, somada esta idéia proposta também pelo Deni, de que os vasos comunicantes passam a existir nessa possibilidade do seu debate, da sua idéia, de que devemos trazer sempre esta visão do social acima de qualquer coisa. Porque, se nos preocupa a questão da Volkswagen, dos funcionários da Fiat e dos pólos de Itaipu, nós temos os "bóias-frias" no Paraná que estão há tantos anos sem uma proposta efetiva, para ao menos minimizar esta questão.

Portanto, isto é extremamente válido. Acima de tudo porque hoje estão aqui não só Deputados, homens que estão preocupados com essa questão e nós nos sentimos muito feliz, agora falando como homens de Oposição, porque o nosso Partido tem tido uma preocupação realmente séria, essa angústia. A prova está que há mais de 4 anos se fazia aqui uma CPI da Desparanização, proposta pelo Deputado Renato Bernardi, com o objetivo muito claro de trazer às claras, as principais causas que exatamente até hoje estão aí afloradas e que Vossa Senhoria traz no seu papel.

Concluo que se devemos também cumprimentá-lo pela idéia e logicamente do seu aperfeiçoamento e ajustamento que merecerá, é extremamente válida a idéia que temos no Paraná o poder de pressão que nos falta e muito. Não nos cabe invejar, por exemplo, o que faz do próprio Rio Grande do Sul, quando recentemente somaram-se todas as forças políticas, mesmo num Estado com a maioria na Assembléia, de Oposição, uma presença muito clara da própria Oposição, quando da luta pelo pólo petroquímico. Dificilmente isso tem acontecido nos outros Estados da Federação e talvez o Paraná possa ampliar em cima dessa idéia, essa possibilidade de formarmos uma verdadeira frente em torno das questões maiores deste Estado, que coloca em "xeque" a própria estrutura do organismo do Estado, como está imposto.

Essa pressão política é fundamental e tomara possamos ampliar ainda mais essa questão toda.

Já deixo aqui por fim, que também temos conosco esse tipo de preocupação. Vossa Senhoria traz como questão básica a industrialização. Dentro dessa idéia, deve também, desde já, avançando um pouco ter em mente que tipo de industrialização nós teremos: - é automatizada? Vossa Senhoria coloca, e eu termino aqui, o social acima de tudo. Se for posto o social acima de tudo, há que se questionar o tipo de industrialização que se está fazendo no Paraná, para não se repetir o que temos visto hoje e amanhã poderá acontecer em sendo viabilizada esta idéia que está aí sendo apoiada por todos.

Parabéns pela sua colocação. Essa idéia é apoiada por todos.

Parabéns pela sua colocação, essa idéia é válida e extremamente séria, quando coloca o social acima de tudo e, como poder de pressão, há de ficar aqui talvez, uma grande semente, para que possamos fazer uma frente maior em torno das questões maiores, que angustia o povo paranaense.

Muito obrigado.

O SR. FRANCISCO DA CUNHA PEREIRA FILHO — Prezado

Deputado Líder da Oposição, Nilton Friedrich, Vossa Excelência não pode imaginar a satisfação que temos em ouvi-lo e sentir o apoio de Vossa Excelência como Líder do Partido da Oposição, a esse sentido, que foi o sentido que norteou a nossa idéia, sentido profundamente social. É o que mais nos atraiu nesta idéia, foi este aspecto gravíssimo do social e que poderá se transformar amanhã, numa catástrofe no Paraná, face à localização em região de fronteira um problema social

dessa gravidade.

Então, além do problema social, não é um problema paranaense, é um problema nacional e de suma gravidade. E daí então, a nossa preocupação em tomar uma medida, antes que esse problema possa explodir. Temos pela frente dois anos e meio, daí então, o meu apoio à lucidez e inteligência do nobre Deputado, para que possamos encontrar uma solução acima até mesmo de partido, mas numa preocupação já não digo paranaense, uma preocupação nacional para evitar um problema social deste porte naquela região. E Vossa Excelência está muito certo quando afirmou que, o objetivo principal dessa idéia é o problema social.

E eu queria também nesta oportunidade ainda, agradecer ao Deputado Deni Schwartz, porque na verdade, tomei conhecimento de que a iniciativa do convite do comparecimento a esta Casa, primeiro, partiu de Vossa Excelência. Agradeço e digo mais, que quando Vossa Excelência sugeriu, eu imediatamente quase que me ofereci para vir aqui, porque achava da maior importância. A importância fundamental para a idéia, trazê-la ao plenário da Assembléia Legislativa do Paraná.

Muito obrigado pela sua idéia.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Como último orador inscrito e dado à exigüidade do tempo, porque o horário está terminando, concedo a palavra ao nobre Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Dr. Francisco da Cunha Pereira

Filho, eu devo de início dizer-lhe, que pretendemos fazer uma rápida colocação que não é uma pergunta, mas sim, um posicionamento da nossa bancada nesta Casa de Leis.

Várias colocações já foram feitas, com referência a problemas de nosso Estado. Mas o importante, na presença de Vossa Senhoria nesta Casa, para aqui também, trazer a defesa da sua tese. Tese que hoje, disse bem, já pertence a todo o Paraná, a energia a custo zero para os pólos industriais do nosso Estado. Nós também, a exemplo do eminente Líder do PMDB Deputado Nilton Friedrich, nós também nos fixamos exatamente, nas razões motivadoras da tese. A sua preocupação com o problema social do desemprego, que ameaça a Região de Itaipu e de forma geral também, no Estado.

A preocupação com os aspectos da economia em combustíveis de derivados de petróleo, da exploração mais rápida de urânio em Curiúva, do xisto na reserva de São Mateus, agora inclusive, com excelentes notícias, do incentivo às exportações pelo nosso porto. São todos fatos que somados, nos levam a acreditar que o Paraná inteiro, recebeu essa tese com extraordinário entusiasmo.

E é preciso que todos nós, não só da classe política, mas de empresários e responsáveis por todas as associações, por todas as linhas representativas deste Estado, possamos juntos também, batalhar por aquilo que o Sr. convencionou chamar de idéia. Idéia brilhante. E, por esta razão, em nome da minha Bancada, deixo-lhe os mais cordiais cumprimentos pela presença e também, pela tese, que monopoliza o Paraná inteiro.

Muito obrigado.

O SR. FRANCISCO DA CUNHA PEREIRA FILHO — Ilustre

Deputado Líder do PP, Dácio Leonel, eu agradeço profundamente as expressões de Vossa Excelência e quero ressaltar, mais uma vez, que a nossa idéia, na verdade, tem um sentido profundamente prático. Embora tenha tomado esta extensão, a nossa idéia tem um sentido profundamente prático.

Lembro-me que debatendo a idéia na Federação das Indústrias, encontrei alguém que me disse: — sou contra a idéia de Vossa Excelência. Disse: — muito obrigado, quero ouvir mesmo, quero saber. Mas Vossa Excelência tem outra idéia concreta para enfrentar o problema? — Não, não tenho, mas eu sou

contra a idéia. Então digo — mas eu gostaria que... estou sugerindo, tenho uma idéia, estou apresentando alguma coisa de concreta. E mais ainda, alguma coisa de urgente. É preciso achar uma solução imediata e urgente.

De forma que agradeço profundamente este apoio do PP, representado por Vossa Excelência aqui e quero dizer que faço mais uma vez um apelo aos nobres Deputados, quero agradecer novamente aos nobres Deputados esta oportunidade de trazer esta idéia e pedir que ela seja enriquecida com inteligência e com a cultura dos nobres Deputados, para que a gente possa então sair daqui com uma solução de ir direto, unidos todos, entrelaçados, firmes monoliticamente, levando uma solicitação firme e forte ao Governo Federal e se não for constitucional zero, vamos então pedir o mínimo legal. E eu acredito que não há inconstitucionalidade alguma, não será este o obstáculo a que nos unamos em torno da criação de cinco pólos urgentes no Paraná, enfrentando o problema social mais urgente ainda, que é o problema de dois anos e meio no encerramento da Itaipu.

E há mais um outro detalhe que queria acrescentar aos Srs. Acredito que a afirmativa de 40 a 50 mil operários em Itaipu não é exagerada, ela foi fornecida pelo Sindicato dos Empregados e analisando alguns dados aqui não encontramos exatamente o número de empregados de Itaipu diretos, na verdade são de empresas que contraram estes operários, mas tenho um dado aqui de Tucuruí, a usina que está sendo construída no Amazonas, que tem a metade da produção da usina de Itaipu e que está empregando já da ordem de 21 mil operários. De forma que acredito que esta idéia que estamos afirmando, e eu tenho muito receio de fazer afirmativas a respeito de números que não tenho a exatidão, mas é informação dita por sindicato, — mas não era um levantamento total, entre 40 a 50 mil. De qualquer forma, é de suma gravidade. Se fosse dez mil, já era de uma gravidade total. Como está sendo 300 na Fiat.

Acredito que este problema social é o norte, a linha principal desta nossa idéia. E que então se concretizaria com a criação destes cinco pólos que criariam estes empregos para solucionarem o problema.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Por um lapso, esta Presidência deixou de conceder a palavra, o que fará agora com satisfação, ao Deputado Luiz Alberto de Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Meu caro Dr. Francisco da Cunha Pereira Filho, realmente hoje é um dia importante para a Assembléia Legislativa e para o Paraná. Todos nós, Deputados estaduais, pretendemos transformar este plenário da Assembléia Legislativa num verdadeiro fórum dos debates mais importantes da economia do Estado.

Vem Vossa Senhoria hoje, com o brilhantismo que lhe é peculiar, enriquecer os trabalhos da Assembléia Legislativa, trazendo à discussão um assunto que já tive oportunidade, permito-me recordá-lo, num primeiro discurso que fiz nesta Casa, de considerar o assunto mais importante da economia do Estado.

Creio, Dr. Francisco, que é importante que se ressalte aqui também o papel da imprensa paranaense como o verdadeiro canal de comunicação entre a aspiração do Paraná com o Governo Federal. Nesta Casa inúmeros Parlamentares de todos os partidos políticos já abordaram o assunto da construção de Itaipu, da construção das usinas pela ELETROSUL, pela COPEL e pela empresa paulista, com a perda de áreas de terras agricultáveis no Paraná, numa extensão praticamente equivalente a toda a área que o Estado de Israel usa para alimentação da sua população.

Conhecemos e Vossa Senhoria disse bem, que é um problema que angustia a todos os paranaenses. Mas Vossa Excelência não ficou só na angústia. Recordo-me aqui da fase de

Bernard Schaw: — “algumas pessoas que vêem coisas, que sonham coisas, que vêem coisas erradas e se perguntam por quê? Há outras pessoas que sonham coisas nunca vistas e se perguntam por que não? Os primeiros são os tímidos, os acomodados; os segundos são aqueles que com a força das suas idéias, conseguem mudar o panorama do mundo”.

Por isso, meus cumprimentos a Vossa Senhoria, a certeza, de que a classe política sabe que necessita da imprensa livre, da imprensa altaneira, da imprensa que seja o que a “Gazeta do Povo” e as suas organizações vêm sendo: instrumentos de reivindicação do Estado do Paraná.

E se nós analisarmos os últimos acontecimentos políticos no Estado do Paraná e as últimas atitudes administrativas do atual Governo, nós iremos verificar, que o Paraná, graças a Deus, está criando uma consciência de reivindicação.

Eu me recordo, aqui por exemplo, da Ferrovia da Soja, que o atual Governo, está conseguindo do Governo Federal, num investimento superior a 500 milhões de dólares, o que daria o equivalente à construção de mais 8 mil quilômetros de estradas asfaltadas.

Eu me recordo aqui da luta que o atual Governo do Estado vem tendo, no sentido de conseguir com que concessões de usinas sejam feitas à Empresa Paranaense de Distribuição de Energia, como é o caso de Salto Segredo, que será construído pela COPEL, para gerar energia para nós paranaenses e não para exportação.

Eu me recordo aqui da luta do Governo, para que entre em funcionamento a Usina do Xisto, em São Mateus do Sul, para impulsionar o nosso Desenvolvimento Estadual, e tenho a certeza de que este dia, um dia memorável na História política do Paraná, porque nós verificamos a Assembléia se transformando num fórum de debates, supra partidário, para que nós paranaenses, unidos, possamos pedir ao Governo Federal. Pedir, pedir, como diria o célebre orador sacro, Vieira, não pedir como quem pede esmolando, mas pedir altaneiro, porque exige justiça.

Meus cumprimentos, Dr. Francisco.

O SR. FRANCISCO DA CUNHA PEREIRA FILHO — Prezado Deputado Martins de Oliveira, muito obrigado por suas palavras e obrigado também pelas suas referências a esse sentido supra partidário e um sentido profundamente paranista da tese que aqui trouxemos.

E eu quero dizer que estou às ordens ainda para qualquer outro esclarecimento, se o Regimento assim o permitir, me coloco ainda à disposição. — (Pausa).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Não havendo mais alguns dos Srs. Deputados que desejem interpelar o nosso nobre convidado, esta Presidência agradece a presença dos Srs. Vereadores da Câmara Municipal de Curitiba, dos Srs. Deputados Federais com representação do Paraná; dos Srs. Secretários de Estado; Diretores de Autarquias; representantes das Associações de Classes e em especial, nosso agradecimento ao Dr. Francisco da Cunha Pereira Filho, membro de tradicional família do nosso Estado e que hoje através de um tema que empolga o Paraná, vem se associar, como homem de imprensa, ao Poder Legislativo do Paraná.

Tenho certeza que hoje e de hoje em diante, esta Casa tendo como um aliado um homem da envergadura moral do civismo e do amor que tem ao Paraná e ao seu desenvolvimento, esta Casa terá por certo, dias mais felizes e terá por certo um caminho aberto, contando com a imprensa do nosso Estado, para reivindicar, para pedir e para exigir, em nome do nosso Estado, por tudo aquilo que o Paraná tem dado ao Brasil.

E nestas condições, esta Presidência suspende por cinco minutos a sessão, a fim de que os Srs. Deputados possam cumprir o nosso ilustre convidado da tarde de hoje, Dr. Francisco

da Cunha Pereira Filho.

O SR. FRANCISCO DA CUNHA PEREIRA FILHO — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está reaberta a sessão.  
Encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Proposição de Emenda à Constituição do Estado, de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, devidamente apoiada, constante do expediente. — Recebida. — Ao Departamento Legislativo, para os devidos fins.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 112/79, de autoria do Deputado AIRTON CORDEIRO, que estabelece como órgão representativo dos jornalistas credenciados pela Assembléia Legislativa, o Comitê de Imprensa, e dá outras providências. Parecer FAVORÁVEL da C.E., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 11/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 24/81, (Mens. Govern. n.º 25/81), que aprova o Termo de Convênio de Cooperação SEPL/174, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e o Município de Adrianópolis, objetivando o repasse de verbas para ampliação do micro-sistema de abastecimento de água na localidade de Sete Barras e para saneamento básico. — Aprovado, artigo por artigo.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere. Solicito do Sr. Primeiro Secretário que proceda a chamada nominal.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procede a chamada nominal dos Srs. Deputados).

O SR. PRESIDENTE — Responderam a chamada nominal 32 Srs. Deputados, há número legal para votação.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 12/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 25/81, (Mens. Govern. n.º 26/81), que aprova o Convênio de Cooperação SELP/155, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Estado do Planejamento e da Saúde e do Bem-Estar Social, com o Município de Adrianópolis, objetivando a construção e equipamento de Mini-Postos de Saúde nas localidades que especifica. — Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 13/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 27/81, (Mens. Govern. n.º 28/81), que aprova o Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de Apucarana, objetivando a execução de serviços de terraplenagem, pavimentação e obras com-

plementares do novo aeroporto do referido município. — Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 49/79, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que cria o Município de São Jorge do Patrocínio, com os limites e confrontações do atual Distrito Administrativo de São Jorge, Município de Altônia. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 20/80, de autoria do Deputado DARCY DEITOS, que concede o título de Cidadão Honorário ao Excelentíssimo Senhor Cardeal D. Paulo Evaristo Arns. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 16/81, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 31/81), que exclui da incidência do imposto sobre operações relativas a Circulação de Mercadorias, as vendas de impressos produzidos pelos estabelecimentos da indústria gráfica sob encomenda direta do consumidor e usuário final. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 30/81, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 34/81), que altera os dispositivos que especifica, da Lei n.º 7.297, (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná). Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., com EMENDA da C.R.H., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Complementar n.º 25/81, de autoria do Deputado LINEU MANSANI TURRA, que altera a Lei Complementar n.º 2, de 18 de junho de 1975 (Lei Orgânica dos Municípios). Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., com EMENDAS, por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 28/81, de autoria do Deputado JOÃO MANSUR, que declara de utilidade pública a “Fundação da Universidade Federal do Paraná para o Desenvolvimento da Ciência, da Tecnologia e da Cultura”, com sede e foro em Curitiba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

#### PROJETO DE LEI N.º 28/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a FUNDAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ PARA O DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA, DA TECNOLOGIA E DA CULTURA, com sede e foro em Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07 de abril de 1981.

a) JOÃO MANSUR

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora se pretende declarar de utilidade pública, tem por finalidade promover cursos, simpósios, seminários, conferências, congressos e estudos que visem à melhoria do ensino e que contribuam para a maior capacitação técnica da comunidade; colaborar com pessoas jurídicas, instituições e órgãos públicos ou privados em programas administrativos, científicos e tecnológicos a serem estabelecidos pelas unidades da Fundação.

Isto exposto, apresentamos o presente Projeto de Lei, esperando merecer o devido apoioamento dos nobres Pares e

posterior aprovação.

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 28/81

De autoria do nobre Deputado JOÃO MANSUR, o presente Projeto de Lei n.º 28/81, tem por finalidade declarar de utilidade pública a FUNDAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ PARA O DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA, DA TECNOLOGIA E DA CULTURA, com sede e foro em Curitiba.

Da análise do processo, pela justificativa apresentada pelo seu autor e pela documentação anexa ao mesmo, temos que a entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais exigidos pela legislação federal e estadual reguladora da matéria.

Diante do exposto, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21 de maio de 1981.

aa) AIRTON CORDEIRO — Presidente

PAULO CAMARGO — Relator

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Túlio Zanchet, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Sr. Secretário da Indústria e Comércio, pela reali-

zação e êxito da II Feira da Indústria Paranaense - Paraná Hoje. — Aprovado.

O SR. DARCY DEITOS — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere. Será procedida a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação).

11 Srs. Deputados aprovam; 1 Sr. Deputado rejeita.

Não há “quorum” para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 4, quinta-feira, à hora regimental com a seguinte

## ORDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.ºs 112/79, 11/81, 12/81 e 13/81; e de Lei n.ºs 49/79, 20/80, 16/81 e 30/81 e Projeto de Lei Complementar n.º 25/81.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 28/81.

Marcando ainda, uma sessão para sexta-feira, dia 5, às 10:00 horas, com a seguinte

## ORDEM DO DIA:

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 14/81, 15/81, 16/81 e 17/81.

Levanta-se a sessão.



FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR – FEPPA

BALANCETE DO MÊS DE MAIO DE 1981

D É B I T O	C R É D I T O
BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S/A. AGÊNCIA CENTRO CÍVICO	37.034,25
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL CONTA POUPANÇA	9.000.000,00
BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S/A CONTA POUPANÇA	6.009.599,65
EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	24.650.349,64
VALORES MOBILIÁRIOS	30.000.000,00
MATERIAL DE CONSUMO	4.983,00
SERVIÇOS DE TERCEIROS	4.950,00
PENSIONISTAS	3.412.466,00
SEGUROS	74.944,50
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	
T O T A L	73.224.427,04
	RENDAS DIVERSAS
	3.044.759,69
	REDA DE CONTRIBUIÇÕES
	5.058.429,46
	BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S/A. CONTA ESPECIAL
	3.480.617,76
	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
	61.640.620,03
	T O T A L
	73.224.427,04

Reconhecemos a exatidão do presente Balancete somando a importância de "setenta e três milhões, duzentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e vinte e sete cruzeiros e quatro centavos".

a) ARY DOS SANTOS  
Contador CRC 47-PR

a) ANTÔNIO FACCI  
Presidente

a) CARLOS JERÔNIMO ZANLORENZI  
Tesoureiro